

2003

# Prefácio

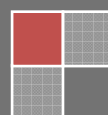
Ao livro *Versões. Mundos (D)Escritos em Português.*

Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura.

Miguel Vale de Almeida

MIGUELVALEDEALMEIDA.NET

2003



Miguel Vale de Almeida<sup>1</sup>

Prefácio para livro CIC

“Ocorre-te, por vezes, que te aconteceu teres nascido no país errado; que o teu é um país onde os sonhos passam depressa, vindos de muito longe, e já tão exaustos que lhes resta apenas o repouso mortal dos mares americanos”.

Esta frase, do conto do português João de Melo, remete para uma temática recorrente no pensamento dos portugueses sobre si próprios: a sensação de exílio interno numa periferia que marca o clima deste conto sobre um professor colocado numa escola de província ecoa o negativo imaginário nacional sobre o pequeno país que já foi “grande”. É comum ver esta sensação ser ultrapassada graças a duas estratégias opostas: a do reforço do fechamento sobre si próprio, com o elogio da pequenez doméstica ou mesmo intimista; e a da nostalgia de tempos anteriores supostamente marcados pela abertura de fronteiras, pela aventura e pelos “descobrimentos”. Num e noutra caso – ora como fantasma, ora como fetiche – a expansão e o colonialismo ocupam um lugar central.

Terminado o império colonial – em coincidência com o advento da democracia e a subsequente entrada na Europa – o imaginário colectivo português e os desígnios das suas elites políticas e económicas dirigentes tiveram de se adaptar. A aceitação da situação pós-colonial de “regresso” ao território nacional, foi reforçada pela constatação da pequenez do país no seio da União Europeia, pelo fim da emigração histórica para Brasis e Europas, pela eleição do país em porto de chegada para imigrações. Entre estas, as dos ex-colonizados.

Neste quadro, seria de esperar uma reformulação fundamental dos constructos identitários. A hipótese mais plausível teria sido a da identificação plena com a Europa, à moda de uma Holanda ou de uma Bélgica. Esta saída foi impedida pelo sentimento persistente (e incentivado...) da “ameaça espanhola”, espaço prévio de inclusão a qualquer unidade europeia maior. Viu-se assim também impedido o que poderia ter sido o passo seguinte: o da construção de uma sociedade multicultural e cosmopolita, assente na cidadania individual e no reconhecimento de identidades grupais múltiplas. Em vez de incentivarmos a cidadania e propormos a criouliização, virámo-nos, de novo, para o espaço da expansão histórica.

Como? Através da transformação da categoria “emigração” na categoria “diáspora portuguesa” ou “comunidades portuguesas”, exacerbando assim uma perigosa tendência no sentido do direito de sangue. E através da criação de um campo – político-cultural mais do que geo-estratégico ou económico – chamado “Lusofonia”, amparado pela CPLP. Se a metáfora do “sangue” sustenta a imaginação de uma comunidade diaspórica portuguesa, a metáfora da história – descontextualizada e purificada, deta de “encontros” em vez de confrontos - ampara a “Lusofonia”. Mas algo alicerça ambas: a língua, que assim deixa de ser vista como resultado material de contingências históricas e passa a ser projecto de identidade comum. Perigosa, esta viragem, pelo que contem de elisão das violências que subjazem à sua implantação histórica, e por remeter para segundo plano os aspectos pragmáticos da cooperação para o desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> Miguel Vale de Almeida é antropólogo. Na área dos estudos pós-coloniais, publicou “Um Mar da Cor da Terra: ‘Raça’, Cultura e Política da Identidade”, Oeiras: Celta, 2000.

Dois momentos serão emblemáticos, em Portugal, desta redefinição identitária feita com materiais antigos. Por um lado a Expo 98, por outro a mobilização por Timor. No primeiro caso assistimos à “modernização” da retórica dos descobrimentos e da expansão, num gesto de diálogo problemático com o que havia sido a Exposição do Mundo Português dos tempos do salazarismo. O esforço retórico foi no sentido de transformar o que havia sido “glória” expansionista de carácter nacionalista em algo de humanista e universal. No segundo caso assistimos ao que terá sido a maior movimentação civil de intervenção no plano internacional, mas com um indiscutível subtexto nacionalista assente na nostalgia colonial e na invenção da comunidade linguística. Basta comparar com a mobilização contra a Guerra no Iraque.

Torna-se evidente que este processo é lusocêntrico e aí se esgota. O principal sinal disso mesmo é o alheamento indesmentível do Brasil face à “construção da lusofonia”. Se a identificação dos portugueses com a causa timorense, por exemplo, nasceu de uma cultura emocional marcada pelo colonialismo a partir de Portugal, o desapego brasileiro em relação à Lusofonia assenta na construção multicultural daquele país, em que o contributo português é apenas um entre outros – e o mais remoto no tempo. Para os portugueses, pelo contrário, o Brasil continua a ser “o filho que deu certo”, um verdadeiro caso de projecção. A haver Lusofonia, ou ela considera estes equívocos ou ela não tem interesse para lá de Portugal.

A colonização portuguesa do Brasil e o colonialismo português moderno em África são duas realidades distintas. Para os africanos, a experiência portuguesa é mais recente, dolorosa e ambígua. O próprio bom senso dita que, perante projectos lusófonos oriundos em Lisboa, a desconfiança do espectro neo-colonial se instale. Por isso, e inteligentemente, as elites locais no poder ensaiam outras alianças, outros campos de comunicação, sobretudo face à fraqueza da cooperação portuguesa oficial para o desenvolvimento (cinicamente substituída pelos investimentos privados que usam a retórica da lusofonia como elemento curricular nos concursos de adjudicação). Veja-se a adesão de Moçambique à Commonwealth; a adesão de Cabo Verde à Francofonia; ou a curiosa continuação de laços intra-imperiais com a importância do Brasil em Angola. Em Lisboa, a reciclagem nacionalista pós-moderna assusta-se com estas *commonwealths* e francofonias e acusa-as daquilo que se recusa a ver na lusofonia, num curioso gesto de auto-atribuição de pequenez.

Seja como for, o aspecto interessante é esta concentração na língua como factor de criação de comunidade transnacional. A questão está em saber qual o peso relativo de uma estratégia de continuação de relações desiguais ou de uma estratégia emancipatória, que pluralize experiências, representações, modalidades várias da língua, da literatura e das sociedades que lhes subjazem. Como em qualquer situação colonial moderna, a língua do colonizador é a língua ... do colonizador. Ela confronta-se, no período colonial e hoje, com uma grande diversidade linguística interna em cada um dos países, e segundo vectores diferentes, que vão da diglossia português-crioulo em Cabo Verde, às línguas africanas em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, até ao complicado pentágono timorense feito pelas línguas autóctones, o Tétum, o Português, o Bahasa e o Inglês. A língua colonial é também aquela que fica como língua oficial do poder pós-colonial, isto é, língua das elites e das burocracias, língua *oficial* no sentido menos simpático da palavra, criando clivagens sociais fortíssimas segundo as competências linguísticas.

Positivas derivas e crioulizações de toda a espécie produzir-se-ão por esses territórios fora. Tal como se produzirão no rectângulo português. Mas é no campo literário – como nos campos artístico, científico e mediático em geral – que as elites letradas se dedicam à produção de representações autorizadas da coisa nacional. Se esclarecidas e engajadas, dedicar-se-ão também à representação de múltiplas vozes e ao retrato de múltiplos cenários – marcados quer pela unidade, quer pela diversidade, quer pelo conflito. A língua portuguesa, e a história da produção literária nela feita, estão marcadas pela história da expansão da língua. A consideração desse facto, bem como das práticas de transformação da língua por via da transformação das realidades sociais, poderá permitir o uso da “lusofonia” como campo experimental emancipatório – como, aliás, com qualquer língua partilhada por gentes em paragens diferentes. A tradução, mesmo na mesma língua, é a primeira necessidade. Tradução das representações mútuas dos falantes, tradução das suas experiências diversas. O Português pode, assim, ser um “terreno” ou um “termo de comparação” e deixar de ser uma “herança”, “legado”, ou fala com lugar de origem e autoridade. Uma casa que cheira a mundo em vez dum mundo que cheira a casa.

Algumas pistas para esta possibilidade são dadas nos contos aqui coligidos. Estórias que são histórias. Como quando, no conto de Germano de Almeida se pode ler: “Vi-o certa vez escurraçar para fora do edifício do tribunal alguém que se permitira ali entrar em camisa de manga curta: Vai imediatamente vestir o casaco, gritou-lhe autoritário, no tempo dos portugueses vocês todos entravam aqui de fato completo e gravata preta e ainda por cima a borrar de medo!” (Germano Almeida). É o fantasma colonial que nos surge, assim como a liberalização de costumes do período subsequente, com a alteração de hierarquias sociais e dos símbolos das mesmas. Aliás, quando uma das personagens explica que “A gente não rouba, *comoda* melhor o que estiver mal *comodado*!”, é não só das novas realidades informais de subsistência que se está a falar mas, metaforicamente, também das apropriações e reapropriações da língua colonial. Por vezes, a apropriação não surge, pois a contradição sobrepõe-se-lhe: “Meu pai perdia-se em esforços para me explicar das imprecisões da língua portuguesa, que o mar era feminino como a mãe e a terra masculina como o pai”. Neste frase do conto de Luís Cardoso, a língua do colonizador confronta-se, no campo dos símbolos de género para que remete, com uma incompatibilidade com a simbólica de género local.

No mundo pós-colonial, a tendência portuguesa é para imaginar uma comunidade linguística em que os ex-colonizados participariam preferencialmente. O caso de Cabo Verde bastaria para desfazer essas ilusões, não sendo sequer necessário apelar aos exemplos dos países com línguas africanas. A comunidade cabo-verdiana nos EUA, por exemplo, constitui um exemplo de falantes de inglês e crioulo, com exclusão do português. As ex-colónias, à semelhança de Portugal, são países de emigrações e retornos vários, incluindo destinos marcados por outras colonizações. Repare-se, por exemplo, na Tia Henriqueta do conto de Alda Espírito Santo: “...a Tia Henriqueta que vivia na Ponta Negra, no Congo Brazaville, veio a São Tomé passar umas férias e resolveu levar a sobrinha preferida, para lhe dar um futuro diferente... (...) Bonita, lá na Ponta Negra, frequentara a escola e escrevia a Zé Chico umas cartas matizadas com algumas palavras de francês terminando sempre com um *Je t’aime*”.

O contexto pós-colonial é um contexto marcado por sucessivas desilusões desenvolvimentistas, projectos políticos e nacionais de modernização e unificação tão

falhados e problemáticos como o foram – e nalguns casos continuam a ser – os europeus, onde as línguas nacionais tiveram quase sempre que ser impostas à força de lei e repressão tanto quanto de persuasão. O problema tem um acréscimo de gravidade nos países que foram colonizados: o facto de a língua do colonizador trazer consigo discursos de representação dos ex-colonizados como atrasados, primitivos, preguiçosos, incapazes. As soluções milagrosas de desenvolvimento – capitalista ou socialista – marcaram as primeiras desilusões pós-coloniais, e parte da desilusão enraíza-se na especificidade ocidental dos modelos propostos. Repare-se na personagem da mulher entre dois mundos, membro do *jet set* do desenvolvimento e participante nos rituais funerários na aldeia de origem da família, que desabafa: “O livro relatava tudo, desde como fazer para se sair do desenvolvimento até como se desenvolver locais já no estado de arranque, rumo ao desenvolvimento. Estes livros eram conhecidos como remédio santo para todo o tipo de problemática. Safiatu Sonéá só não entendia era como é que com tantas escrituras, tantos esquemas, ainda havia tantos e tantos locais por arrancar rumo ao desenvolvimento” (do conto de Odete Semedo).

Por fim, o mundo pós-colonial (d)escrito em português é, em muitos dos seus contextos, o mundo da violência resultante de guerra enraizadas na definição dos espaços de soberania colonial, continuadas pela guerra fria por procuração e inacabadas pela má-fé de cleptocracias instaladas. No contexto exemplar, o angolano, a língua reinventada nos contextos de exclusão retrata os próprios processos de desestruturação: “...estás a rir tio, num ri então, tu não sabes que tem comida de refugiado, de deslocado, de roto e esfarrapado, de desgraçado, lhe procuramos todas as noites nos contentores, lutamos, nos aleijamos...” (do conto de João Melo). O desespero não se projecta só na relação desigual e dependente com ex-colonizadores ou com as potências hoje dominantes, mas também com as classes dirigentes locais: “...a minha fome é do tamanho da minha dor, eu tenho muita vontade de chorar mas ainda tenho uma kilunza na mão, tio, porra, não me provoques, vocês ouvistes bem, não me provoques, tio, mi dá só cem, mi dá só cem mesmo tio.” (idem)

Nada do pecado – mas existencialmente sofrido e escuro – desespero do professor de província no conto de João de Melo. Mas semelhante ao universo de profunda desigualdade da moderna sociedade brasileira, onde o desencanto depressivo da burguesa (que se adivinha “branca”, mesmo que o autor não o diga...) recorre à violência do desencantamento frio do “marginal” (que se adivinha “não-branco”...) no conto de Rubem Fonseca:

“A mulher apontou o revólver para mim.

Diga a verdade. Você acha que eu sou maluca. Os caseiros achavam que eu era maluca e foram embora de noite sem me dizer nada. Eu acabei de ouvir um gemido forte, o barulho de uma alma penada, como a minha, e você diz que não era nada? E este revólver que não tem balas? É assim que você ia me defender? Com um revolver sem balas?

Como você sabe que não tem balas?

Dei seis tiros na minha cabeça e não aconteceu nada”.

Heranças coloniais: as antigas, brasileiras, transformadas em colonialismo interno. As novas, africanas, à beira de se transformarem no mesmo. O revólver sem balas talvez seja uma boa metáfora para a Lusofonia enquanto projecto que tem por principal fim e

origem os problemas identitários das elites portuguesas pós-coloniais e, quando muito, de alguns aliados locais nas margens do Atlântico e do Índico.

Uma realidade, porém, existe. Gente – em maior ou menor número, sendo a sua esmagadora maioria brasileira – que *acontece* sentir e entender o mundo com um instrumento chamado Português. A ressalva importante é que isso não significa nenhuma partilha necessária com as visões do mundo e experiências dos portugueses. Nem sequer qualquer admissão - e é espantoso como tantos portugueses acham natural esperá-lo! – de haver “proprietários legítimos” do Português. A havê-los, não serão os portugueses, mas sim todos os falantes da língua nas suas variedades e contextos locais.

“O que havia feito era comerciar palavra, em negoçoio de recado. Falar é outra coisa, é essa ponte sagrada em que ficamos pendentes, suspensos sobre o abismo”, pode ler-se na estória de Mia Couto. Quando o autor moçambicano diz, no seu conto, que “o mundo cheirava a casa” (frase a que poderia ser acrescentado o seu reverso, a casa cheirava a mundo), está a fazer a proposta cosmopolita. Aquela que aborda criticamente colonialismo e nacionalismos, para os transcender através da cidadania e do “empowerment”.